

Urna, conspirações e fake news: de onde viemos e para onde vamos

Yara Martinelli

Esta análise visa oferecer uma visão ampla sobre a urna eletrônica brasileira, destacando seu histórico de criação e segurança, e apresentar reflexões sobre os atuais ataques, por parte do governo federal, ao sistema eletrônico de votação. Nesse sentido, apresenta-se uma revisão histórica da inserção da urna no sistema brasileiro; algumas das principais estratégias de sua desmoralização, principalmente pelo compartilhamento de *fake news* e ameaças; e as reações por parte dos Tribunais Superior Eleitoral e Supremo Federal aos ataques realizados, além de reflexões dos possíveis impactos dessa crise à democracia.

A história da urna eletrônica

A urna eletrônica começou a ser implementada no Brasil nas eleições de 1996, em caráter experimental. Em 2014, o país sediou a maior eleição informatizada do mundo - cerca de 530 mil urnas espalhadas pelas 5 regiões. Essa tecnologia foi desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com objetivo de garantir mais segurança e transparência, eliminando as intervenções em contagem e reduzindo os chamados “currais eleitorais” — (práticas de imposição da escolha de voto, seja pelo poder, dinheiro ou ameaça), — tornando-se um verdadeiro símbolo da credibilidade da participação democrática (TSE, 2014).

A informatização foi implementada de maneira gradual, passando por testes e apurações severas de segurança e garantia do sigilo. O primeiro passo para esse marco se deu em 1985, com a criação do cadastro único e automatizado de eleitores. Já em 1994, o TSE

realizou o primeiro processamento eletrônico dos resultados das eleições gerais, por recursos computacionais próprios, com a criação da Rede Nacional da Justiça Eleitoral. Mas foi apenas em 1995 que o projeto da urna eletrônica, idealizado por um “grupo de notáveis” (formado por funcionários do TSE, desembargadores e juristas) e desenvolvido por um “grupo técnico” (formado por engenheiros do INPE, Exército e Aeronáutica) passou a ganhar forma. O resultado foi um equipamento totalmente inédito: baseado em um computador, mas com atenção à simplicidade que facilitasse o acesso aos analfabetos, e com vários sistemas de segurança já implementados, totalmente fechado e desconectado da internet (TSE, 2014).

Desenvolver a primeira urna eletrônica, idealizada para o contexto brasileiro, em produção totalmente nacional, sempre foi motivo de orgulho. O sucesso do equipamento foi tamanho que, 5 anos depois, o Brasil já realizava eleições totalmente informatizadas (TSE, 2014). Atualmente, a urna está em uso há 25 anos e não há qualquer evidência de que tenha havido fraude durante o período. Além disso, a única vez em que uma auditoria foi solicitada para eleição presidencial, o resultado anunciado previamente foi confirmado. E, mesmo que haja a necessidade constante de melhorias ao sistema eletrônico, ele definitivamente é mais seguro que o sistema anterior, notadamente fraudulento. A possibilidade de adoção do voto impresso representaria um retrocesso, e uma grande quantidade de problemas logísticos e de custo, além da possível retomada dos sistemas de fraude antes implementados (RANGEL, 2021). O TSE afirmou, em nota oficial, que “utiliza o que há de mais moderno em tecnologia para garantir a integridade, a confiabilidade, a transparência e a autenticidade do processo eleitoral” (ENTENDA..., 2021). A cada eleição, o TSE tem o dever de reforçar a segurança das urnas, realizando um procedimento padrão sistemático de convite à sociedade civil, órgãos públicos e partidos políticos, que fiscalizam a manutenção do sistema, e a especialistas em segurança, que tentam invadir o sistema e identificar quaisquer falhas ou lacunas em segurança (ENTENDA..., 2021).

Além disso, o voto eletrônico também é auditável — e, inclusive, auditado em todas as eleições sistematicamente. Antes do processo eleitoral, o TSE realiza diversos eventos de fiscalização e auditoria dos aparelhos. Durante essas solenidades, tanto instituições como partidos políticos e a própria eleitora podem acompanhar a conferência. O processo de totalização, por sua vez, também é público, e começa justamente com a gravação, em mídia eletrônica, dos resultados produzidos por cada urna. Os dados criptografados chegam ao Tribunal por uma rede exclusiva e, antes de serem totalizados, os arquivos são checados para, finalmente, serem somados por programas que também passam por auditoria. A urna eletrônica não altera o número de votos realizados e, para fazer esse tipo de auditoria, cada cidadão pode atuar como fiscal, bastando conferir o Boletim de Urna, emitido sempre no encerramento da votação e publicado no Portal do TSE, e compará-lo com os números referentes àquela seção eleitoral. Até hoje, nenhuma divergência foi constatada (TSE, 2021).

A conspiração

Mesmo assim, Jair Bolsonaro, sua família e seus fiéis apoiadores têm promovido, desde 2019, uma campanha de desinformação em larga escala que já logrou provocar um nível alto de desconfiança sobre o sistema eleitoral e desacreditar significativamente as instituições brasileiras. O presidente acusa o modelo de baixa confiabilidade, alegando, sem provas, fraude nas eleições de 2018 (que o elegeram) e de 2014, que elegeram Dilma Rousseff. A proposta de Bolsonaro é a impressão, a cada voto eletrônico, de um comprovante em papel, para posterior auditoria manual. A ideia foi materializada pela deputada Bia Kicis (PSL-DF) na Proposta de Emenda à Constituição 135/2019 (ENTENDA..., 2021).

A eleição de 2014, por solicitação do candidato Aécio Neves, foi confirmada pela auditoria. O próprio Aécio afirmou publicamente acreditar no resultado, apesar da insistência de Bolsonaro em acusar, sem provas, eleições fraudulentas. Sobre as supostas

fraudes em 2018, o presidente afirma ter sido eleito em primeiro turno. O argumento nunca foi comprovado. Em junho, tanto o STF quanto o TSE intimaram Bolsonaro a apresentar provas das acusações contra o sistema eletrônico. Até agora, nenhuma foi apresentada (ENTENDA..., 2021).

A grande campanha pelo “voto impresso auditável” foi e é promovida nas redes sociais por apoiadores do presidente com base em muitas mentiras (as denominadas *fake news*). Não é novidade que Bolsonaro utiliza mentiras cotidianamente para governar. Segundo o *Relatório Global de Expressão* da ONG Internacional Artigo 19, em um ano, o presidente contou 1.682 mentiras (de forma pública), atingindo uma média de 4,3 mentiras por dia (ARTIGO 19, 2021). Sua incansável rede de seguidores reproduz o exemplo do líder nacional e utiliza as redes para espalhar notícias falsas em larga escala, gerando um efeito cascata que aumenta a polarização da sociedade brasileira.

Um exemplo concreto de notícia falsa viralizada com objetivo de disseminar a insegurança no processo eleitoral foi o caso do *youtuber* bolsonarista Gustavo Gayer, cujo canal conta com quase 500 mil seguidores. O canal, descrito como “uma forma de propagar a verdade e impedir que mais jovens caiam no calabouço ideológico da esquerda” contém um trecho do programa “Balanço Geral” do Goiás, em que se apresenta o resultado parcial de uma enquete com telespectadores e uma fala do apresentador na sequência: “se nós não conseguirmos o voto auditável com contagem pública, Lula vai ser colocado na presidência, por mais que 87,5% da população rejeite Lula e aprove Bolsonaro”. Apesar de se tratar de uma mera enquete (parcial, com o alcance irrelevante da audiência do programa), o vídeo se chama “*INCRÍVEL! Bolsonaro ganha de lavada com 87,5%*” (SIMONATO, 2021). Coincidentemente ou não, o canal de Gayer foi o segundo com mais lucro pela propagação de *fake news* durante a pandemia (cerca de 40 mil reais em remuneração pela audiência e publicidade) na lista produzida pela CPI da Covid-19, ficando atrás apenas de Alexandre Garcia, que recebeu cerca de 70 mil reais.

Outro caso emblemático aconteceu no canal de Felipe Lintz, no vídeo em que utilizou trechos da reportagem da *GloboNews* que discutia os resultados de uma conferência hacker sobre segurança das urnas eletrônicas dos Estados Unidos. O *youtuber* aproveitou o recorte, retirando-o de seu contexto, para afirmar que Bolsonaro está certo, desconsiderando o fato de que os equipamentos testados não são os mesmos usados no Brasil (SIMONATO, 2021).

A coalizão *Comprova*, formada por veículos de comunicação para identificação de *fake news*, verificou, durante o mês de julho, um pico de publicações falsas disseminadas por apoiadores de Bolsonaro. Os boatos, à altura em que foram desmentidos, já somavam milhões de visualizações e interações. Entre eles, vídeos que desacreditaram o Datafolha e a urna eletrônica. Os *trends* do Google no Brasil sobre “fraude na urna eletrônica”, “fraude eleitoral” e “voto impresso” também tiveram recorde naquele mês (SIMONATO, 2021).

Essa mobilização na internet pela descredibilização do sistema democrático brasileiro é simultânea às ameaças insistentes do presidente de não realização das eleições em 2022, no caso (já confirmado) de desaprovação da PEC 135/2019. Além disso, após três anos afirmando ter provas sobre fraudes eleitorais, em 29 de julho, Bolsonaro realizou uma “live bomba” para apresentar seus argumentos. Na transmissão, afirmou velhas e novas mentiras, ao lado de um especialista que apresentou dados falaciosos, tanto é que o vídeo da live foi derrubado, já com quase 700 mil visualizações (SIMONATO, 2021).

O TSE aponta três problemáticas centrais ao voto impresso (ENTENDA..., 2021):

O primeiro é que ele tem mais chances de ser fraudado do que o voto eletrônico, já que as pessoas manusearão os papéis. O segundo é que, a cada dois anos, será necessário montar um grande esquema logístico para garantir o transporte e o armazenamento seguro dos votos dos 148 milhões de eleitores brasileiros. O terceiro é o risco de judicialização das eleições (ENTENDA..., 2021).

Segundo o Tribunal, isso abriria portas para candidatos derrotados alegarem fraude e colocarem à prova a legitimidade das eleições e da vitória de adversários, provocando fragilização política, prática comum durante o tempo das cédulas de papel (ENTENDA...,

2021). Infelizmente, diante da grande campanha de desinformação, é improvável que os resultados das urnas não sejam questionados no próximo processo eleitoral.

Articuladas à propagação de *fake news*, o governo vem realizando uma série de ameaças vinculadas ao tema das eleições. Bolsonaro ameaçou diversas vezes promover atos violentos e anti-democráticos. Em janeiro de 2021, disse: “se nós não tivermos o voto impresso em 2022, nós vamos ter problema pior que os Estados Unidos” e, mais uma vez em junho, afirmou “se [o Congresso] promulgar, teremos eleições, sim, com voto auditável. Caso contrário, teremos dúvida nas eleições. Podemos ter um problema seríssimo. Pode um lado ou outro não aceitar e criar uma convulsão no Brasil” (ENTENDA..., 2021). Convocando apoiadores, destacou que “vão arranjar problemas para o ano que vem. Se esse método continuar aí, sem a contagem pública, eles vão ter problemas. Porque algum lado pode não aceitar o resultado, e esse algum lado obviamente é o nosso”, e, em seguida, “ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”. Na sequência, ameaçou que só entregaria “a faixa para quem ganhar no voto impresso”, por que, se mantida a urna eletrônica, “corremos o risco de não termos eleição no ano que vem” (NASCIMENTO, 2021).

As ameaças perpetradas se articulam aos conteúdos falsos em perfis bolsonaristas pela desmoralização das eleições de 2022. Entre técnicas de distorção de fatos, se destacam as que vinculam trechos alterados ou revogados de leis; projetos de lei não aprovados; declarações recortadas, descontextualizadas e adulteradas; e estatísticas e enquetes mentirosas.

O combate às *fake news*

Em votações unânimes, o TSE aprovou a abertura de inquérito administrativo contra Bolsonaro e seus aliados para tratar dos ataques à legitimidade das eleições (com objetivo de investigar abuso de poder político e econômico, fraude, corrupção, propaganda

extemporânea e condutas vedadas). O TSE solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF), ainda, que iniciasse uma investigação contra o presidente pela disseminação de *fake news* contra a urna eletrônica e as eleições, no “inquérito das *fake news*”. O relator rapidamente acatou o pedido, tornando Bolsonaro alvo investigado (TSE PEDE..., 2021).

O Ministro do STF Luís Roberto Barroso, em posse na Presidência do TSE, afirmou que as ações são “antidemocráticas”. Em coro, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, relator da investigação, afirmou que “com a democracia não se brinca”. O resultado do julgamento pode tornar Bolsonaro inelegível, em caso de condenação judicial, o que exigiria a autorização de dois terços da Câmara. Já o inquérito administrativo pode levar a multas e embasar uma possível contestação da candidatura de Bolsonaro (TSE PEDE..., 2021). Outras ações correm no TSE, solicitando a cassação da chapa de Bolsonaro por abuso cometido nos ataques cibernéticos. Tais ataques beneficiaram sua imagem e eleição ao dispararem mentiras sobre os demais candidatos e variadas temáticas (D’AGOSATINO, 2021).

Além disso, o TSE lançou uma parceria com grandes mídias sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) para combater a desinformação. Entre os mecanismos desenvolvidos, estão as seguintes: a) um canal de comunicação com o Tribunal para denúncias de contas suspeitas de propagar, em massa, as mentiras; b) ferramentas para divulgação de conteúdo verdadeiro; c) produção de figurinhas com temáticas das eleições; e d) um robô que circula informações oficiais (D’AGOSATINO, 2021). Os mecanismos de denúncia buscam identificar contas contratadas por empresas para criarem usuários fantasmas, os “robôs”, que massificam o disparo das *fake news*. Algumas dessas empresas já são alvo de investigação da “CPMI das *fake news*”, inclusive contratadas durante a campanha eleitoral.

Considerações finais: *fake news* e democracia, um paradoxo

Apesar de extremamente importantes, as medidas adotadas ainda são insuficientes. As democracias enfrentam uma grave crise com os avanços da tecnologia, especialmente quando se tratam das mídias sociais e dos algoritmos que regem seu funcionamento. A influência direta das redes em movimentos e opiniões políticas podem afetar as eleições e outras dinâmicas sociais, como atestam muitos especialistas do Vale do Silício. O funcionamento dos algoritmos que, motivados pelo engajamento, impulsionam as notícias falsas, já causou e causa problemas ao redor do mundo (HARRIS, 2020). A principal questão, especialmente no atual contexto brasileiro, é que simplesmente “desmentir” as *fake news* várias horas depois do seu espalhamento não é suficiente, pois o alcance e o impacto real e psicológico da mentira acontece imediatamente. Além disso, a crescente polarização, também impulsionada pelas mídias sociais, muitas vezes bloqueia a percepção do que de fato é e significa a verdade.

A construção da narrativa de desconfiança no sistema eleitoral brasileiro cria, por um lado, a deslegitimação da participação democrática, o que impulsiona o já em curso processo de desengajamento no voto, manifestado nas quantidades de nulos, brancos e abstenções. A corrosão da confiança no processo significa, mais profundamente, uma crise da própria democracia. Não é por acaso que a pauta do voto impresso faz parte da pauta antidemocrática de grupos que pedem o fechamento do Congresso e do STF (KALIL, 2021). Por mais que seja de suma importância encontrarmos meios de nos proteger do efeito nocivo das redes, para o contexto atual, o estrago está feito e a tendência é de que, independentemente do que seja adotado como resposta, o resultado das urnas eletrônicas será questionado.

Vale nos questionarmos sobre as intenções por trás da busca pela substituição de um sistema eleitoral eficaz por um retrocesso que tornaria a democracia mais vulnerável. A impossibilidade material de implementar a proposta a tempo das eleições demonstra, também, que o propósito final é justamente a criação da instabilidade. Mesmo com a desaprovação da PEC 135/2019, sua finalidade já foi alcançada. A desconfiança na

democracia é, no curto prazo, um dano de difícil reversão (VELOSO, 2021). Para o agora, nos resta confiar que as instituições sejam suficientemente fortes para aguentar o que vier.

Referências

ARTIGO 19. **The Global Expression Report**. Article 19. 1ed. Julho/2021. ISBN: 978-1-910793-45-9. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2021/08/A19-GxR-2021-FINAL.pdf>. Acesso em 23 ago 2021.

D'AGOSATINO, R. TSE lança parceria com redes sociais contra desinformação durante a campanha eleitoral. **G1**, Brasília. Setembro/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/09/30/tse-lanca-parceria-com-whatsapp-para-coibir-disparos-em-massa-nas-eleicoes.ghtml>. . Acesso em: 23 agosto 2021.

ENTENDA a polêmica em torno da PEC do voto impresso. **Agência Senado**, Brasília. Julho/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/entenda-a-polemica-em-torno-da-pec-do-voto-impresso>. Acesso em: 23 agosto 2021.

HARRIS, T. Entrevista concedida ao documentário Dilema das Redes. Direção: Jeff Orlowski, Larissa Rhodes. **Produção Exposure Labs**. Estados Unidos: Netflix, 26 de janeiro de 2020.

KALIL, I. Entrevista concedida à Agência Senado. Julho/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/entenda-a-polemica-em-torno-da-pec-do-voto-impresso>. Acesso em 23 ago 2021.

NASCIMENTO, Camila. A cada quatro dias, Bolsonaro faz ameaças às eleições de 2022. **Veja Abril**, São Paulo. Agosto/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/a-cada-quatro-dias-bolsonaro-faz-ameacas-as-eleicoes-de-2022/>. Acesso em 23 ago 2021.

RANGEL, Ricardo. O voto impresso resolve os problemas da urna eletrônica? **Veja Abril**, São Paulo. Agosto/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/ricardo-rangel/o-voto-impresso-resolve-os-problemas-da-urna-eletronica/>. Acesso em 23 ago 2021.

SIMONATO, Leticia. Voto impresso, a roupa nova da desinformação. **Revista Piauí**. Agosto/2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/voto-impresso-roupa-nova-da-desinformacao/>. Acesso em 23 ago 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Conheça a história da urna eletrônica brasileira, que completa 18 anos**. 2014. Brasília. Disponível em: <https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/124332120/conheca-a-historia-da-urna-eletronica-brasileira-que-completa-18-anos>. Acesso em 23 ago 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Apuração dos votos não é feita de forma secreta pelo TSE**. Brasília. Agosto/2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Agosto/fato-ou-boato-apuracao-dos-votos-nao-e-feita-de-forma-secreta-pelo-tse>. Acesso em 26 ago 2021.

TSE PEDE ao STF que investigue Bolsonaro por fake news contra urnas: entenda o que pode acontecer. **BBC News Brasil**. Agosto/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58070438>. Acesso em 26 ago 2021.

VELOSO, I. Entrevista concedida à Agência Senado. Julho/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/entenda-a-polemica-em-torno-da-pec-do-voto-impresso>. Acesso em 23 ago 2021.